



## Caderno de Provas

**CPAP 108 – NS**  
**(SÃO JOSÉ DE MIPIBU)**

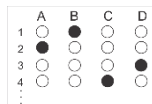
**ASSESSOR JURÍDICO**

**Edital Nº. 002/2020 – Prefeituras/Câmara  
Municipais do Agreste Potiguar/RN**

**Data:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 3 (três) questões de Lógica, 2 (duas) de Conhecimentos Gerais do Município e 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	03 questões	6 pontos
Conhecimentos Gerais do Município	02 questões	4 pontos
Conhecimentos Específicos	15 questões	60 pontos
<b>Total de questões</b>	<b>30 questões</b>	<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

## QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

## Razões científicas para ler mais do que lemos

IGNACIO MORGADO BERNAL

O Brasil tem mais leitores a cada ano. Em 2011, eram 50% da população. Em 2015, eram 56%, segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. Contudo, isso também significa que 44% da população não lê. Ainda pior: 30% nunca comprou um livro. Alguns argumentos científicos, em especial da neurociência, podem ajudar a melhorar esses índices.

A leitura é um dos melhores exercícios possíveis para manter o cérebro e as capacidades mentais em forma. Isso é verdade porque a atividade de leitura exige colocar em jogo um importante número de processos mentais, entre os quais se destacam a percepção, a memória e o raciocínio. Quando lemos, ativamos principalmente o hemisfério esquerdo do cérebro, que é o da linguagem e o mais dotado de capacidades analíticas na maioria das pessoas, mas são muitas outras áreas do cérebro de ambos os hemisférios que são ativadas e intervêm no processo. Decodificar as letras, as palavras e as frases e transformá-las em sons mentais requer a ativação de grandes áreas do córtex cerebral.

Os córtices occipital e temporal são ativados para ver e reconhecer o valor semântico das palavras, ou seja, o seu significado. O córtex frontal motor é ativado quando evocamos mentalmente os sons das palavras que lemos. As memórias evocadas pela interpretação do que foi lido ativam poderosamente o hipocampo e o lobo temporal medial. As narrativas e os conteúdos sentimentais do texto, seja ele ficcional ou não, ativam a amígdala e outras áreas emocionais do cérebro. O raciocínio sobre o conteúdo e a semântica do que foi lido ativa o córtex pré-frontal e a memória de trabalho, que é a que usamos para resolver problemas, planejar o futuro e tomar decisões. Está provado que a ativação regular dessa parte do cérebro desenvolve não apenas a capacidade de raciocinar, como também, em certa medida, a inteligência das pessoas.

A leitura, em última análise, inunda de atividade o conjunto do cérebro e também reforça as habilidades sociais e a empatia, além de reduzir o nível de estresse do leitor. A esse respeito, devemos destacar o excelente trabalho de revisão do romancista e psicólogo Keith Oatley, da Universidade de Toronto, no Canadá, recentemente publicado na revista científica *CellPress*, intitulado: *Fiction: Simulation of Social Worlds (Ficção: Simulação de Mundos Sociais)*, que destaca que a literatura de ficção é a simulação de nós mesmos em interação. Depois de uma rigorosa e elaborada revisão de dados e considerações sobre psicologia cognitiva, Oatley conclui que esse tipo de literatura, sendo uma exploração das mentes alheias, faz com que aquele que lê melhore sua empatia e sua compreensão dos outros, algo de que estamos muito necessitados. Essa conclusão ainda é avalizada por neuroimagens, ou seja, por dados científicos que exploram a atividade cerebral relacionada com esse tipo de emoções. A ficção que inclui personagens e situações complexas pode ter efeitos particularmente benéficos. Assim, e como exemplo, um trabalho recém-publicado mostra que a leitura de *Harry Potter* pode diminuir os preconceitos dos leitores.

Tudo isso sem falar na satisfação e no bem-estar proporcionado pelo conhecimento adquirido e como esse conhecimento se transforma em memória cristalizada, que é a que temos como resultado da experiência. O livro e qualquer leitura comparável são, portanto, uma academia acessível e barata para a mente, a que proporciona o melhor custo/benefício em todas as fases da vida, razão pela qual deveriam ser incluídos na educação desde a primeira infância e mantidos durante toda a vida. Cada pessoa deve escolher o tipo de leitura que mais a motiva e convém. As crianças devem ser estimuladas a ler com leituras adequadas às suas idades e os mais velhos devem providenciar toda a assistência que suas faculdades visuais necessitem para continuar lendo e mantendo seu cérebro em forma à medida que envelhecem. Uma razão a mais para que os idosos continuem a ler é a crença plausível de que não somos realmente velhos até que não comecemos a sentir que já não temos nada de novo para aprender.

Disponível em: <[www.brasil.elpais.com](http://www.brasil.elpais.com)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

**01.** O texto, de forma preponderante, objetiva

- A) criticar, embasado no discurso da ciência, visões negativas sobre a atividade de leitura.
- B) discordar de pesquisas indicadoras do aumento do número de leitores no Brasil.
- C) explicar, embasado no discurso da ciência, alguns benefícios do exercício da leitura.
- D) informar sobre o aumento expressivo do número de leitores no Brasil.

**As questões 2 e 3 referem-se ao período reproduzido a seguir.**

Depois de uma rigorosa e elaborada revisão de dados e considerações sobre psicologia cognitiva, Oatley conclui que esse tipo de literatura, sendo uma exploração das mentes alheias, faz com que aquele que lê melhore sua empatia e sua compreensão dos outros, algo **de** que estamos muito necessitados.

**02.** Há, nesse período,

- A) citação indireta, em que o autor parafraseia a fonte citada e usa verbo de dizer.
- B) citação indireta, em que o autor transcreve a fonte citada e usa verbo de dizer.
- C) citação direta, em que o autor transcreve a fonte citada, sem uso do verbo de dizer.
- D) citação direta, em que o autor parafraseia a fonte citada, sem uso do verbo de dizer.

**03.** A preposição em destaque se faz presente por uma exigência da palavra

- A) “necessitados”, que é o termo regido
- B) “necessitados”, que é o termo regente.
- C) “que”, que é o termo regente.
- D) “que”, que é o termo regido.

**04.** Sobre a organização do segundo parágrafo, é correto afirmar:

- A) apresenta ideia central diluída ao longo do terceiro e do quarto períodos.
- B) apresenta, no primeiro período, ideia central explícita, que é desenvolvida do segundo ao quarto período; o último período reforça a ideia central.
- C) apresenta ideia central diluída ao longo de todos os períodos.
- D) apresenta, no primeiro período, ideia central explícita, que é desenvolvida do segundo ao oitavo período; o último período reforça a ideia central.

As questões 5 e 6 referem-se ao trecho reproduzido a seguir.

Tudo isso sem falar na satisfação e no bem-estar proporcionado pelo conhecimento adquirido e como esse conhecimento se transforma em memória cristalizada, **que** é a que temos como resultado da experiência. O livro e qualquer leitura comparável são, **portanto**, uma academia acessível e barata para a mente, a que proporciona o melhor custo/benefício em todas as fases da vida, razão pela qual deveriam ser incluídos na educação desde a primeira infância e mantidos durante toda a vida.

05. A palavra “portanto”, em destaque,

- A) inter-relaciona períodos, estabelecendo uma relação de conclusão e poderia ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “pois”.
- B) inter-relaciona períodos, estabelecendo uma relação de oposição e poderia ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “no entanto”.
- C) inter-relaciona orações, estabelecendo uma relação de conclusão e poderia ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “pois”.
- D) inter-relaciona orações, estabelecendo uma relação de oposição e poderia ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por “no entanto”.

06. A palavra “que”, em destaque,

- A) é pronome relativo e introduz oração de valor adjetivo, com função explicativa.
- B) é pronome relativo e introduz oração de valor adjetivo, com função restritiva.
- C) é conjunção integrante e introduz oração de valor substantivo, com função apositiva.
- D) é conjunção integrante e introduz oração de valor substantivo, com função subjetiva.

07. Considere o período:

A ficção que inclui personagens e situações complexas pode ter efeitos particularmente benéficos.

A opção que apresenta outra pontuação possível para esse período, considerando as relações sintático-semânticas da língua portuguesa é:

- A) A ficção, que inclui personagens e situações complexas pode ter efeitos particularmente benéficos.
- B) A ficção que inclui, personagens e situações complexas, pode ter efeitos particularmente benéficos.
- C) A ficção, que inclui personagens e situações complexas, pode ter efeitos particularmente benéficos.
- D) A ficção que inclui personagens e situações complexas, pode ter efeitos particularmente benéficos.

08. Considere o trecho:

Os córtices occipital e temporal são ativados para ver e reconhecer o valor semântico das palavras, ou seja, o seu significado. O córtex frontal motor é ativado quando evocamos mentalmente os sons das palavras que lemos. As memórias evocadas pela interpretação do que foi lido ativam poderosamente o hipocampo e o lobo temporal medial. As narrativas e os conteúdos sentimentais do texto, seja ele ficcional ou não, ativam a amígdala e outras áreas emocionais do cérebro. O raciocínio sobre o conteúdo e a semântica do que foi lido ativa o córtex pré-frontal e a memória de trabalho, que é a que usamos para resolver problemas, planejar o futuro e tomar decisões.

Esse trecho apresenta dominância da sequência textual

- A) narrativa, marcada linguisticamente por verbos no tempo presente.
- B) descritiva, marcada linguisticamente por verbos no pretérito imperfeito.
- C) descritiva, marcada linguisticamente por verbos no tempo presente.
- D) narrativa, marcada linguisticamente por verbos no pretérito perfeito.

09. No trecho

Essa conclusão ainda é **avalizada** por neuroimagens, ou seja, por dados científicos que exploram a atividade cerebral relacionada com esse tipo de emoções.

A palavra em destaque mantém relação de sinonímia, nesse contexto linguístico, com a palavra

- A) avaliada
- B) mensurada
- C) cotejada
- D) respaldada

10. Considere o período

Quando lemos, ativamos principalmente o hemisfério esquerdo do cérebro, que é o da linguagem e o mais dotado de capacidades analíticas na maioria das pessoas, mas são muitas outras áreas do cérebro de ambos os hemisférios que são ativadas e intervêm no processo.

Sobre a estrutura desse período, é correto afirmar que é composto

- A) por subordinação substantiva e adverbial e por coordenação.
- B) tão somente por subordinação adverbial
- C) por subordinação adverbial e adjetiva e por coordenação
- D) tão somente por subordinação substantiva.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA – NÍVEL SUPERIOR

11. Num salão, existiam 12 homens e 8 mulheres. Foram colocados os nomes de todos os participantes em uma urna e realizado o sorteio de quatro pessoas sequencialmente. Os dois primeiros sorteios foram realizados um a um, com a reposição do nome à urna, e os dois seguintes foram sorteados um a um, sem a reposição do nome à urna. Dentro das condições apresentadas, a probabilidade de os dois primeiros sorteados serem mulheres e os dois últimos serem homens é de, aproximadamente,

- A) 6,7%.
- B) 4,8%.
- C) 5,6%.
- D) 7,1%.

12. Três figuras diferentes formam a sequência de nove figuras abaixo.



Se a sequência de nove figuras se repetir infinitamente uma após a outra, os elementos que estiverem nas posições 35°, 50° e 69° formarão, nessa ordem, a sequência de figuras

- A)
- B)
- C)
- D)

13. Considere a frase “Todo funcionário da prefeitura A é concursado”. Logicamente, a maneira correta de expressar a negação dessa frase é:

- A) qualquer funcionário da prefeitura A não é concursado.
- B) todo funcionário da prefeitura A não é concursado.
- C) nenhum funcionário da prefeitura A é concursado.
- D) algum funcionário da prefeitura A não é concursado.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO –  
NÍVEL SUPERIOR**

14. O advento da República no Brasil trouxe diversos impactos no campo educacional, sobretudo na organização do ensino primário com a implantação de grupos escolares. Esse projeto de educação ganhou apoio dos entusiastas republicanos, que viam, no saber educacional, um instrumento redentor social. Em São José de Mipibu, o Grupo Escolar Barão de Mipibu
- A) foi o primeiro grupo escolar instituído no Rio Grande do Norte e, assimilado pela política estadual de ensino, tornou-se um projeto pioneiro.
  - B) teve sua instituição reconhecida judicialmente à revelia da administração estadual, posicionando o município de São José de Mipibu como vanguardista desse projeto educacional no estado.
  - C) teve seu prédio construído ainda no século XIX para ser uma Casa de Instrução Pública e foi criado como grupo escolar em 1909, influenciando o espaço social mipibuense.
  - D) demonstrou uma tentativa das elites comerciantes locais de financiar a transformação sociocultural da região, carecendo de legislação e autorização das autoridades públicas estaduais.
15. A Vila de São José do Rio Grande foi elevada à categoria de cidade com o tempo e deu origem ao município de São José de Mipibu, que, a princípio, carregava apenas o nome “Mipibu”. Posteriormente, adquiriu a atual nomenclatura. O aldeamento que deu origem ao município tinha, no passado, o nome de
- A) Mipibu.
  - B) São José.
  - C) Mapebó.
  - D) Mopebu.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSESSOR JURÍDICO – NÍVEL SUPERIOR**

16. A Constituição Federal de 1988, ao tratar dos municípios brasileiros, estabelece que
- A) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão exclusivamente por lei federal.
  - B) o município reger-se-á por lei ordinária, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
  - C) o limite máximo para a composição das Câmaras Municipais é de 15 vereadores, nos municípios com mais de 20.000 habitantes.
  - D) a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, é assegurada, nos termos da lei, aos estados, ao distrito federal e aos municípios.
17. Nos termos exatos e expressos da Constituição Federal de 1988, compete aos municípios
- A) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil, de ensino fundamental e médio.
  - B) instituir e arrecadar os tributos de sua competência bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
  - C) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte regular, que tem caráter local.
  - D) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora municipal.
18. O *habeas data* é um remédio constitucional, previsto no artigo 5º, inciso LXXII, destinado
- A) a assegurar que um cidadão tenha **acesso a dados e informações pessoais** que estejam sob posse do estado brasileiro, ou de entidades privadas que tenham informações de caráter público.
  - B) a assegurar o direito do cidadão quando se sentir ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
  - C) a **proteger o indivíduo** de violação – ou ameaça de violação – de outros direitos que não sejam protegidos por outros remédios constitucionais.
  - D) a garantir a efetividade de normas programáticas, desde que o Estado não se omita em relação a elas.
19. A respeito do direito das obrigações, o Código Civil Brasileiro determina que
- A) a obrigação de dar coisa certa abrange sempre os acessórios dela que não forem mencionados, mesmo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
  - B) o consignatário, no contrato estimatório, exonera-se da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível.
  - C) o contratante, nos contratos benéficos, responde por simples culpa, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça. Nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por culpa, salvo as exceções previstas em lei.
  - D) a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, independentemente do consentimento dos outros descendentes, é nula no contrato de troca.



- 20.** De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito da tutela antecipada requerida em caráter antecedente,
- A) o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 15 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito, caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada.
  - B) o autor, quando concedida a tutela antecipada, deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em até 30 dias.
  - C) a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e nem sempre à indicação do pedido de tutela final nos casos que não forem de urgência à propositura da ação,.
  - D) o autor, na petição inicial, terá de indicar o valor da causa, que deve levar em consideração o pedido de tutela final.
- 21.** A respeito dos prazos processuais voltados ao Juiz contidos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que
- A) os despachos observarão o prazo de 5 dias para sua emissão.
  - B) as decisões interlocutórias serão exaradas no prazo de 15 dias.
  - C) as sentenças devem ser prolatadas no prazo entre 15 e 30 dias.
  - D) os acórdãos seguirão o prazo de 60 dias, objetivando a sua edição.
- 22.** De acordo com o texto expresso do Código Tributário Nacional,
- A) o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos é de competência dos estados.
  - B) o imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros podem ser cobrados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
  - C) o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é de competência da União.
  - D) o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é competência dos Municípios.
- 23.** De acordo com a Lei nº 11.107/2005,
- A) a União não pode participar de consórcios públicos em que também façam parte todos os estados.
  - B) o consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
  - C) os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer diretrizes exclusivas dos municípios.
  - D) os objetivos dos consórcios públicos serão determinados apenas pelos estados e municípios.

- 24.** Com base na Lei Orgânica do Município de São José do Mipibu, uma função que compete privativamente ao município é
- A) sinalizar as vias urbanas e as estradas estaduais que cortam o município, ouvidos os órgãos técnicos competentes.
  - B) regulamentar os jogos esportivos ou espetáculos e os divertimentos públicos, sem prejuízo da ação policial do estado.
  - C) prover em conjunto com Estado e a União sobre o abastecimento de água, o serviço de esgoto sanitário e a iluminação pública.
  - D) dispor sobre o depósito e a venda de animais e de material apreendidos em decorrência da legislação Estadual específica.
- 25.** Nos termos da Lei Orgânica do Município de São José de Mipibu, compete privativamente à Câmara Municipal, as atribuições de
- A) autorizar o Prefeito a se ausentar do município, quando a ausência exceder a 30 dias.
  - B) julgar as contas semestrais do município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
  - C) proceder a tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentada à Câmara dentro do prazo de 30 dias, após a abertura da sessão legislativa.
  - D) dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, conhecer de suas renúncias e, quando for o caso, afastá-los do exercício do cargo.
- 26.** De acordo com a Lei nº 1.152/2017, que dispõe sobre a organização funcional da Câmara de Vereadores de São José de Mipibu, fica consolidada a estrutura organizacional da Câmara Municipal de São José de Mipibu/RN por meio dos seguintes órgãos:
- A) Gabinete da Prefeitura, Secretaria Geral, Controladoria Geral, Procuradoria Municipal, Contadoria Geral e Assessoria Parlamentar.
  - B) Gabinete da Câmara, Secretaria da Presidência, Controladoria Municipal, Procuradoria Geral, Contadoria Geral e Representação Político-Parlamentar.
  - C) Gabinete da Governadoria, Secretaria Geral, Controladoria Geral, Procuradoria Geral, Contadoria Geral e Assessoria de Comunicação.
  - D) Gabinete da Presidência, Secretaria Geral, Controladoria Geral, Procuradoria Geral, Contadoria Geral e Representação Político-Parlamentar.
- 27.** De acordo com os termos exatos da Lei nº 1.152/2017, que dispõe sobre a organização funcional da Câmara de Vereadores de São José de Mipibu, compete ao Procurador Geral
- A) promover a defesa do Poder Executivo e Legislativo do Município nas ações, judiciais ou administrativas.
  - B) oferecer parecer jurídico e administrativo nos processos licitatórios que a Câmara Municipal promover.
  - C) representar a Câmara Municipal em juízo, em todas as oportunidades em que esta for provocada pelo Poder Judiciário.
  - D) assessorar a Mesa Diretora e as comissões parlamentares da Câmara Municipal na avaliação administrativa.

- 28.** De acordo com o texto expresso do Código de Meio Ambiente de São José do Mipibu, a política municipal de meio ambiente tem por diretriz:
- A) promover a propaganda visual como instrumento de valorização da cultura e da cidadania, utilizando os princípios e as práticas de conservação da natureza e difundindo o conhecimento voltado ao desenvolvimento sustentável e ao aprimoramento das ações de gestão ambiental municipal.
  - B) articular as ações e atividades ambientais e culturais desenvolvidas pelos órgãos e entidades do Município com aquelas desempenhadas no âmbito de outros municípios.
  - C) equilibrar o crescimento econômico com a proteção e a manutenção da qualidade ambiental, de modo a promover um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado para o Município de São José de Mipibu.
  - D) estabelecer o Zoneamento Rural como instrumento orientador da ação pública e privada, objetivando o uso comercial do meio ambiente de forma rentável para o Município.
- 29.** É uma diretriz básica do Plano Diretor Participativo de São José de Mipibu :
- A) garantir a mobilidade urbana e acessibilidade a todas as pessoas, inclusive às pessoas com deficiência e/ou restrição de mobilidade.
  - B) definir critérios de controle do impacto urbanístico somente dos empreendimentos públicos, mas podendo consultar os órgãos estaduais e federais sobre os empreendimentos privados.
  - C) assegurar à toda população o acesso à cidade formal, por meio de projetos e programas da União existentes.
  - D) acompanhar, sob a supervisão da união, o uso e a ocupação do solo com a proteção do meio ambiente natural e construído.
- 30.** Sem prejuízo do que for estabelecido na Lei Orgânica Municipal, na Constituição Federal e Estadual e no Estatuto da Cidade, o Poder Executivo municipal poderá utilizar os seguintes instrumentos contidos no Plano Diretor Municipal:
- A) imposto com tributação progressiva no tempo, apenas para a propriedade rural.
  - B) desapropriação com pagamento em título da dívida pública.
  - C) conservação, Imposto Único de Urbanização, saneamento e preservação ambiental.
  - D) operações urbanas e rurais consorciadas com entes públicos e privados.